

RESULTADOS DO DIAGNÓSTICO EM GÊNERO DOS PROJETOS APOIADOS PELO FIDA NO BRASIL

Junho
2018

Fundo Internacional de
Desenvolvimento
Agrícola
FIDA
Divisão da América
Latina e Caribe
LAC



Investindo nas populações rurais



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

W436r

Weitzman, Rodica.

Resultados do diagnóstico em gênero dos projetos apoiados pelo FIDA no Brasil : dezembro 2017 / Rodica Weitzman. – Brasília : Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) : Divisão da América Latina e Caribe (LAC), 2018.

35 p. : il. ; 21 x 29,5 cm

Este relatório apresenta os principais resultados do diagnóstico em gênero que foi realizado no mês de dezembro/2017.

ISBN 978-92-9072-829-0

1. Gênero. 2. Mulheres. 3. Enfoque em gênero. 4. Comunidades rurais. 5. Agricultura familiar. I. Título.

CDU 305:631.115.11



SEMEAR
INTERNACIONAL

S U M Á R I O

APRESENTAÇÃO

4

OBSERVAÇÕES SOBRE A INCORPORAÇÃO DO ENFOQUE DE GÊNERO NO DOCUMENTO DO “DESENHO” DO PROJETO

8

INDÍCIOS DE INCORPORAÇÃO DO ENFOQUE DE GÊNERO NOS MECANISMOS E INSTÂNCIAS QUE SE DEDICAM À IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

13

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CICLO DE IMPLEMENTAÇÃO: ABORDAGENS E METODOLOGIAS DE INTERVENÇÃO

19

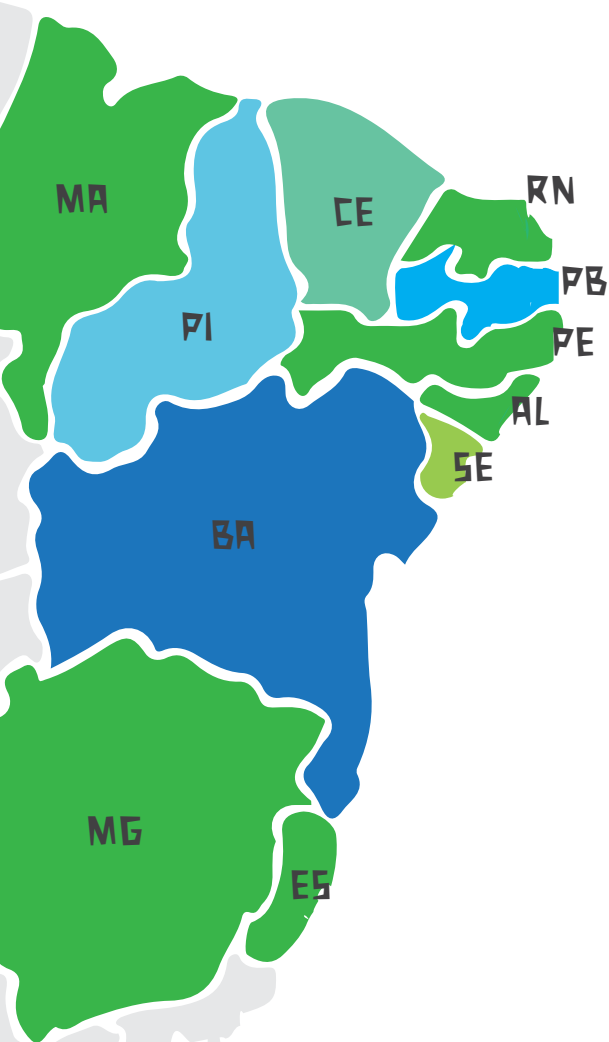
DESAFIOS E PROPOSIÇÕES

25

CONCLUSÕES FINAIS

27

PROJETOS APOIADOS PELO FIDA NO BRASIL



BAHIA

70 mil famílias beneficiadas



Recursos do FIDA para o projeto: \$ 45.000.000



CEARÁ

60 mil famílias beneficiadas



Recursos do FIDA para o projeto: \$ 40.000.000



PARAÍBA

18.500 famílias beneficiadas



Recursos do FIDA para o projeto: \$ 25.000.000



PIAUI

22 mil famílias beneficiadas



Recursos do FIDA para o projeto: \$ 20.000.000



SERGIPE

12 mil famílias beneficiadas



Recursos do FIDA para o projeto: \$ 16.000.000



NORDESTE + MG + ES

74 mil famílias beneficiadas



Recursos do FIDA para o projeto: \$ 18.000.000



CENTRO AMBIENTAL

BR 106

PROJETO RIACHOS DO VELHO CURI

A P R E
S E N T A
Ç Ã O



O FIDA no Brasil é um dos organismos internacionais que mais se destaca por sua dedicação ao empoderamento das mulheres rurais por meio de projetos voltados para o desenvolvimento rural sustentável no nordeste do país. As missões de desenho, supervisão, apoio e revisão de meio termo (RMT) dos projetos efetivadas pelo escritório do FIDA no Brasil em conjunto com as equipes de especialistas temáticos, a maior parte das quais, desde 2012, tem contado com a presença dedicada de especialistas de gênero, vem realizando um monitoramento minucioso dos avanços tidos no que concerne à temática de gênero, além de propor recomendações que garantem um tratamento transversal de gênero no conjunto dos projetos apoiados.

Vale destacar que o FIDA se transformou em uma das principais agências de desenvolvimento rural no nordeste do Brasil, com um portfólio de mais de USD 450 milhões em execução no momento, com uma carteira ampla de projetos focada na redução da pobreza rural, incluindo 6 projetos de financiamento em execução, 2 doações, e outras 4 operações em desenho (2 financiamentos adicionais e 2 projetos novos). Com isso, em 2018/2019, com portfólio do FIDA alcançar a um total de mais de USD 550 milhões no Nordeste beneficiando mais de 400 mil famílias (ou 1.5 milhão de pessoas). Assim, o FIDA tem influenciado diretamente as políticas relativas a agricultura familiar. Visto que o tema de gênero é destaque nas operações do FIDA, isso também tem a chance de ter um amplo impacto quanto ao desenho das políticas públicas na região.

No entanto, percebe-se a necessidade de investir em um processo de sistematização das inovações metodológicas e tecnológicas que vem contribuindo para o empoderamento das mulheres rurais, no intuito de fortalecer ainda mais o processo de “transversalização” do enfoque de gênero no conjunto dos projetos apoiados pelo FIDA. Também, é evidente que muitos projetos experimentam desafios parecidos, e que a socialização destes empecilhos será um passo fundamental para viabilizar sua superação. Neste sentido, tanto o diagnóstico, efetivado no mês de dezembro de 2017, quanto a oficina que aconteceu no início do ano de 2018 em Fortaleza, organizada pelo programa Semear Internacional (doação do FIDA), onde reuniu todas as assessoras em gênero e em gestão do conhecimento para um intercâmbio das atividades e apresentação das ações de gênero nos projetos do FIDA no Brasil, são momentos estratégicos para identificação dos pontos frágeis e das fortalezas, além de ser um passo inicial para a construção de planos de ação pelas entidades executoras na fase pós-diagnóstico.

Este relatório apresenta os principais resultados do diagnóstico em gênero que foi realizado no mês de dezembro/2017. As principais fontes de informação e subsídios de análise foram os questionários preenchidos pelas equipes executoras, as entrevistas realizadas com alguns integrantes destas equipes (geralmente o ponto focal de gênero e mais uma ou duas pessoas) e os documentos elaborados por técnicos/as dos projetos e consultores externos.

Neste diagnóstico, foram analisadas as estratégias e ações desenvolvidas nos sete projetos apoiados pelo FIDA e em execução no momento, mencionados a seguir:

(I) Projeto “Pró-semiárido” (PSA) no estado de Bahia;

(II) Projeto “Paulo Freire” no estado de Ceará;

(III) Projeto “Viva o Semiárido” (PVSA) no estado de Piauí;

(IV) Projeto “Dom Távora” no estado de Sergipe;

(V) Projeto de “Desenvolvimento Sustentável do Cariri e Seridó (PROCASE) no estado de Paraíba;

(VI) Governo federal;

(VII) Programa “Semear Internacional” (projeto de doação do FIDA no Brasil que focaliza na “gestão de conhecimento, cooperação sul-sul e monitoramento e avaliação (M&A)”.

Cumpramos ressaltar que os primeiros seis projetos mencionados são projetos que realizam intervenções dentro de um universo de comunidades identificadas mediante uma estratégia de focalização – pelo alto índice de vulnerabilidade social e pobreza, enquanto o último projeto mencionado (“Programa Semear Internacional”) contempla ações de assessoria e apoio a estes 06 projetos de intervenção direta, além de subsidiar a gestão de políticas públicas em desenvolvimento rural. Os projetos em fase de desenho ou aprovação (nos estados do Maranhão e Pernambuco) não foram incluídos na análise.

O esforço feito, em termos metodológicos, teve como ponto de partida um exercício de análise aguçada dos principais documentos de cada Projeto (documentos de desenho, MOP, MIP, relatórios de supervisão, etc), com o objetivo de detectar o nível de incorporação do enfoque de gênero nas estratégias traçadas. Em segundo lugar, buscou-se comparar este plano das “intenções” (uma vez que, o que está contido em um projeto não deixa de ser uma exposição do que se pretende), com o que efetivamente tem acontecido durante o período de execução dos projetos, no plano das ações.



O objetivo deste processo analítico é justamente identificar o descompasso entre aquilo que se pretende e aquilo que se concretiza, captando as lacunas, discrepâncias, fortalezas e fragilidades. A partir desta análise, foi possível conhecer mais a fundo as experiências exitosas dentro do universo de intervenções realizadas, identificando, por um lado, as capacidades, as oportunidades e as potencialidades. Por outro lado, foram explicitados os principais desafios, tanto no que tange ao “desenho” dos projetos, quanto no que diz respeito aos processos de implementação de planos de ação que incorporam o enfoque de gênero ao nível local e regional.

OBSERVAÇÕES SOBRE A INCORPORAÇÃO DO ENFOQUE DE GÊNERO NO DOCUMENTO DO “DESENHO” DO PROJETO

Nas entrevistas, todas as equipes dos projetos afirmaram que “o documento do desenho” incorpora a perspectiva de gênero, mas o que se torna nítido ao examinar mais a fundo os documentos é que esta “incorporação” geralmente envolve meras sinalizações sobre a importância de priorizar as mulheres rurais como beneficiárias prioritárias. Na parte do projeto que faz um detalhamento dos objetivos e metas, isso traduz em cotas de participação indicadas para este segmento, como uma forma de garantir sua inclusão, sem portanto, especificar os métodos a serem utilizados para assegurar tal participação.

Na maior parte dos desenhos dos projetos, constata-se metas que indicam quantidades mínimas de participação (de mulheres), tanto no público a ser atendido pelas ações quanto no quadro de pessoal da equipe técnica. Estas porcentagens variam entre

**30% A
50%**

É importante sinalizar que a especificação de números que estipulam a participação mínima para segmentos considerados mais propensos à situações de exclusão social, como mulheres, comunidades quilombolas e indígenas, embora seja uma medida importante, não pode ser confundida com uma estratégia de implementação eficaz e coesa que visa superar as desigualdades sociais. Contudo, tais medidas podem ser compreendidas como “passos iniciais” dentro de uma estratégia mais abrangente e englobante, a partir de uma visão da progressividade dos processos vividos, como veremos a seguir.

Na entrevista que tive com alguns integrantes da equipe técnica do Projeto *Pro-semiárido* – PSA na Bahia, houve reconhecimento de que trabalhar com a noção de *cotas mínimas* dentro do desenho original do projeto foi se constituindo a primeira ênfase de sua estratégia de intervenção, uma vez que “nos obrigou a pensar nas questões de juventude e gênero no projeto,” nas palavras do Coordenador do Componente Social e Humano. De acordo com este Coordenador, depois desta primeira fase, que “nos obrigou a ter mulheres representadas nos projetos produtivos”, evoluíram para uma segunda fase de “atividades específicas para gênero” dentro de uma abordagem progressiva, que iniciava por “encontros sub-territoriais das mulheres” seguido por “encontros de homens” e “encontros mistos.”

Em relação à apresentação de uma estratégia de gênero, nota-se que os seguintes documentos de desenho apresentam propostas concretas para implementação de ações voltadas para a promoção da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres rurais: Projeto *Procasa* (Paraíba), Projeto *PDHC II* (Fede-

ral), Projeto *Viva o Semiárido* (Piauí) e Projeto *Pro-Semiárido* (Bahia), embora cada um destes planos estratégicos se encontre em distintos graus de desenvolvimento.

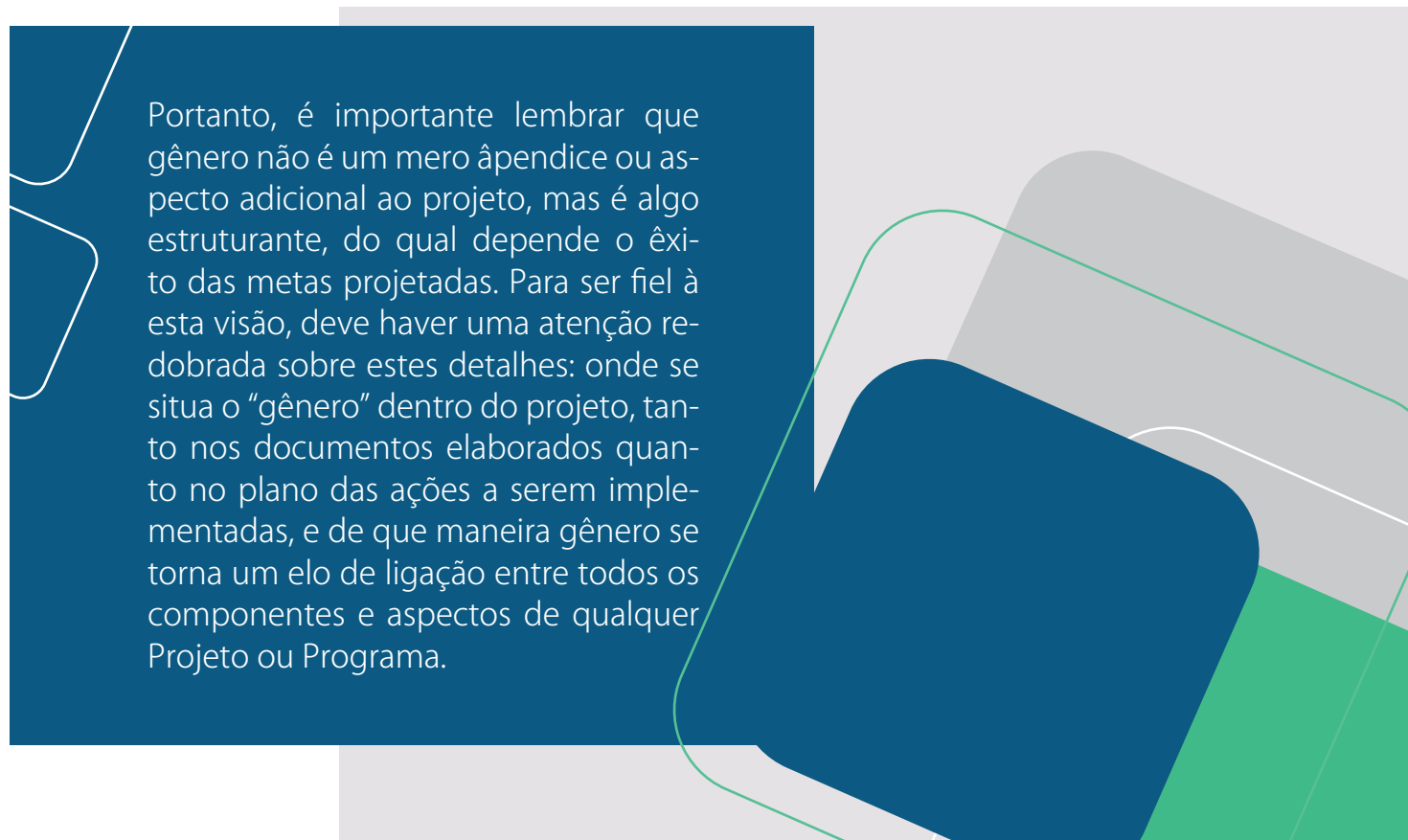
O projeto *Pro-Semiárido* (PSA) da Bahia é o único projeto que, além de apresentar uma estratégia de gênero bastante definida, que se desdobra em várias diretrizes, contém um orçamento específico, com detalhamento de todos os gastos relacionados com esta temática dentro do Componente Social e Humano. O Componente Desenvolvimento do Capital Humano e Social ascende a R\$ 91,8 milhões (45,5% dos custos totais), e deste montante, gênero representa aproximadamente 4,40% do recurso. Este alinhamento entre as linhas de ação e as rubricas separadas por área temática (que estão embutidas em um orçamento específico dentro do orçamento global) tem possibilitado uma maior eficácia na execução da estratégia de gênero, como pode ser constatado pelos avanços perceptíveis neste Projeto, em particular.

Outro aspecto que deve ser levado em consideração quando se trata da questão orçamentária é que no conjunto de projetos, uma quantidade maior de recursos se concentra no Componente Produtivo, em comparação com o Componente Social e Humano. Como o plano de ações associadas à temática de gênero geralmente se abriga dentro do Componente Social e Humano, tende a haver menos recursos disponíveis para as atividades previstas. Da mesma forma, a avaliação do Programa País (CPE) realizada em 2015 pelo Escritório de Avaliação Independente (IOE) do FIDA pediu um enfoque ainda maior do FIDA no Brasil nas questões agrícolas e produtivas, já que de modo geral a carteira no país tem tido um enfoque bas-


tante forte na temática social e organizacional, incluindo temas como gênero. Isso se reflete nas tendências atuais dos projetos avaliados, considerando que os pesos atribuídos às diferentes linhas que compõem um orçamento é um reflexo das prioridades institucionais dentro de qualquer projeto ou programa.

Cabe salientar que uma das recomendações do *Relatório de Avaliação do Programa País* (CPE) do Brasil, é que os projetos apoiados pelo FIDA no Brasil encontrem um maior equilíbrio entre atividades agrícolas e não agrícolas, já que se diagnosticou uma menor atenção tanto à produção de alimentos e à produtividade dos pequenos projetos quanto à consolidação de empreendimentos sustentáveis com acesso a mercados diversificados. Portanto, conclui-se que embora seja fundamental equiparar as abordagens nos componentes social e produtivo, o que se reflete na proposta orçamentária, é preciso se atentar para manter fidelidade ao mandato principal do Programa do FIDA ao nível internacional: o desenvolvimento de cadeias produtivas lucrativas e sustentáveis, que tenham uma inserção mais expressiva nos mercados e consigam forjar parcerias com diversos atores (Setor Privado, instituições financeiras e instituições governamentais e não governamentais) para viabilizar acesso a diversos canais de comercialização. Neste sentido, o desafio posto é como promover a maior participação das mulheres agricultoras nas iniciativas de cunho produtivo, de modo que os empreendimentos econômicos em vias de construção sejam não apenas mais eficientes e fortificados, mas também mais inclusivos.

Outro ponto importante que deve ser ressaltado é que embutir gênero dentro de um dos componentes no orçamento pode reforçar a ideia de que a temática de gênero seja associada apenas à aquele componente, (neste caso, a referência é o “Componente Social e Humano”), desqualificando assim, a noção da “transversalidade”. Isto é, quando se trabalha com a temática de gênero a partir de uma abordagem transversal, se pressupõe que gênero seja incorporado em todos os aspectos que compõem a estrutura do Projeto.



Portanto, é importante lembrar que gênero não é um mero apêndice ou aspecto adicional ao projeto, mas é algo estruturante, do qual depende o êxito das metas projetadas. Para ser fiel à esta visão, deve haver uma atenção redobrada sobre estes detalhes: onde se situa o “gênero” dentro do projeto, tanto nos documentos elaborados quanto no plano das ações a serem implementadas, e de que maneira gênero se torna um elo de ligação entre todos os componentes e aspectos de qualquer Projeto ou Programa.



No caso do Projeto “Paulo Freire”, na entrevista, foi apontada que, embora não haja um orçamento separado para gênero no POA 2018, um conjunto de atividades são previstas que tem como público prioritário as mulheres, jovens e comunidades tradicionais. Este detalhamento de linhas específicas de trabalho para estes grupos, (por exemplo, a referência feita à algumas metas, como “dos encontros previstos em 2018, 50% serão voltados às mulheres, 20% a jovens e 20% a pessoas quilombolas”), possibilita, de algum modo, uma maior autonomia no manejo dos recursos dentro do orçamento global. À vista disso, cabe ressaltar que o detalhamento de “linhas de ação” que especificam o público alvo, em termos quantitativos, é um passo imprescindível para facilitar a negociação do uso dos recursos para tais finalidades, embora não tenha o mesmo efeito que um orçamento separado com rubricas específicas e delimitadas.

No Marco Lógico, constatam-se indicadores relacionados com a temática de gênero em todos os projetos, embora existam variações em relação ao número de indicadores. A seguir, são listados exemplos de alguns dos principais indicadores que aparecem no conjunto dos projetos analisados:

(A) 14.000 pequenos produtores (40% de mulheres e 20% de mulheres chefes de família) formadas em técnicas de produção agrícola e não agrícola (Projeto “Procase” – Paraíba);

(B) 13.300 mulheres a serem beneficiadas pelo componente de desenvolvimento produtivo, sendo 3.300 beneficiárias diretas da assistência técnica e 10.000 se beneficiando como integrantes de domicílios rurais apoiados pelo Projeto (especialmente nas cadeias de valor de apicultura e do caju) (Projeto “PVSA” – Piauí);

(C) Pelo menos 25% do orçamento do Projeto será destinado para atividades dirigidas por jovens e/ou mulheres (Projeto “Paulo Freire” – Ceará);

(D) Número de organizações econômicas fortalecidas possuem o mínimo de 50% de mulheres e jovens em seus quadros (Projeto “PSA” - Bahia);

(E) Mínimo de 40% das 2.000 novas ocupações geradas pelas atividades apoiadas por Planos de negócio são para mulheres. (Projeto “Dom Távora” – Sergipe);

(F) A participação de pelo menos 50% de mulheres nas atividades desenvolvidas pelo Programa (Programa “Semear Internacional” - Brasil)

Na maior parte dos projetos analisados, no Marco Lógico é possível identificar metas focadas em gênero que se relacionam tanto com a participação em atividades formativas, que constituem o eixo central do Componente 1 (Social e Humano), quanto ao acesso à serviços e recursos (serviços de *Assistência Técnica* e *Planos de Investimento Produtivo*), que constituem o eixo central do Componente 2 (Produtivo). No entanto, embora possa haver uma variedade de indicadores, distribuídos entre os componentes, nas entrevistas, membros das equipes apontaram falhas em relação à natureza dos indicadores escolhidos.

Alguns entrevistados citaram a falta de indicadores qualitativos como um gargalo, ao explicitarem que indicadores quantitativos são limitados para monitorar mudanças tão sutis e dificilmente calculáveis, como são as transformações nas relações sociais de gênero.



Os sistemas de monitoramento a serem implementados em cada projeto também não contemplam estratégias ou metodologias como “grupos focais” ou “estudos de caso” que sejam capazes de captar informações mais qualitativas, com a exceção do *PSA (Bahia)*, que sugere a adoção de um experimento de monitoramento participativo focado em três indicadores qualitativos de gênero com alguns grupos alvos. No desenho do *PVSA (Piauí)*, há menção de uma metodologia de “auto-avaliação participativa”, envolvendo os beneficiários, o que poderia ser favorável ao levantamento das questões de gênero, enquanto outro sistema de “medição” das mudanças ocorridas na vida social. Porém, esta proposta metodológica não se concretizou ainda (vale ressaltar que aparece também no “desenho” do *Programa Semear Internacional*), e não há previsão de quando nem de que maneira será efetivada. Em suma, a experimentação de metodologias complementares ao sistema de M&A em vigência é indicada, para que as mudanças que acontecem na “micropolítica” das relações sociais e que atravessam as dinâmicas familiares, comunitárias (e regionais), podem ser captadas.



**INDÍCIOS DE
INCORPORAÇÃO DO
ENFOQUE DE GÊNERO
NOS MECANISMOS E
INSTÂNCIAS QUE SE
DEDICAM À
IMPLEMENTAÇÃO DO
PROJETO**



Em relação à implementação do Projeto, destacam-se alguns pontos. No que se diz respeito à “linha de base”, com a exceção de um projeto (*PDHC- Segunda Fase*) que ainda não a realizou, a base de dados que foi gerada é desagregada por gênero e idade. Inclusive o FIDA no Brasil foi inovador neste sentido e tem um sistema informático de M&A por meio de seu portal no Brasil com os dados e indicadores dos projetos no país (<http://www.fida.org.br/>). Alguns projetos mencionaram a inclusão de diversas variáveis na linha de base, a saber:

(I) O Projeto Paulo Freire: Chefia de família; Escolaridade; Participação em Ações Comunitárias ou Associações; Condições de Moradia e Habitação; Acesso às Políticas Públicas e Agrícolas; Atividades Produtivas; Renda e bens das Famílias; e Trabalho e Ocupação.

(II) O Projeto “Dom Távora”: ocupação das mulheres; prestação de serviços; necessidades de assistência técnica; crédito rural.

A equipe do Projeto PROCASE ressaltou que as informações angariadas sobre gênero apenas contemplaram as variáveis de “filhos” e “renda familiar”.

É importante se atentar para ter um retrato mais completo que conjuga fatores de gênero com diversas variáveis, de modo que permita uma análise mais aguçada das situações vividas pelas mulheres rurais, (ex: carga de trabalho; formas de engajamento nos espaços pro-

dutivos, entre outros). Desta maneira, haverá de fato um “marco zero” do projeto que possa ser monitorado de forma mais aprofundada ao longo do seu período de duração mediante diversos mecanismos, inclusive por instrumentos de comunicação social (ex: vídeos).

Em três dos Projetos analisados (Projeto Procace, *Projeto Paulo Freire* e *Projeto Semi-árido*), uma especialista de gênero atua como integrante da equipe técnica. No caso do Projeto *Procace*, na entrevista realizada, a coordenadora do Componente do Desenvolvimento Humano e Social ponderou que a “especialista de gênero” tem sido uma peça permanente no projeto desde o início de sua implementação, enquanto em alguns momentos, tem faltado as gerências ou outras assessorias. Mas, esta experiência, contada a partir da visão de um membro da equipe técnica, é uma exceção da regra.

No caso do Projeto *Paulo Freire*, a especialista de gênero, raça e etnia foi contratada recentemente, em março de 2017, e desde sua contratação, tem se empenhado na elaboração de uma estratégia metodológica para “Gênero e a Etnia Quilombola”, além de impulsionar uma série de atividades (oficinas, seminários) voltadas à capacitação em questões de gênero tanto para as entidades de AT, as/os técnicas/s dos ERPs, funcionárias/os da UGP¹, como para as comunidades beneficiárias. Embora no desenho do projeto Paulo Freire não conste uma estratégia clara e coerente em relação à temática de gênero, merece destaque o empenho desta especialista na construção de um *Plano de Trabalho de Gênero e Raça/Etnia*, aliado à um orçamento específico que oriente a implantação das ações. Isso demonstra a importância de criar documentos complementares que possam apontar diretrizes e nortear ações ao longo do período de

¹ UGP = Unidade de Gestão do Projeto

implementação de um projeto, de modo que seja possível compensar algumas falhas no desenho original e qualificar as abordagens adotadas. Assim, é possível garantir a incorporação de temáticas que, embora em um primeiro momento, fossem consideradas periféricas, gradativamente vem ocupando um lugar de centralidade dentro da visão estratégica do projeto em fase de execução.

No caso dos outros projetos, o processo de seleção está na vias de preparação. Os projetos que possuem um ponto focal para gênero tem conseguido avançar mais neste campo temático, especialmente pelo fato de possuir um orçamento específico (aqui destaca-se o caso do Projeto PSA na Bahia), o que permite uma maior autonomia no uso dos recursos.

No contexto dos projetos em Paraíba e Piauí, há a proposta de criar um arranjo institucional que tenha pontos focais de assessoria em gênero dentro da próprio sistema de assistência técnica permanente, o que certamente facilitará a ampliação desta temática “nas bases”. Os dois projetos estão propondo a contratação de técnicas que especializam em questões de gênero pelas empresas de ATs, com o intuito de garantir a transversalidade da temática ao nível de cada Escritório Regional (“*Unidade Regional de Gestão do Projeto*”- URGP). No caso do Projeto PROCASE, em 2017, foi criado o GT de *Focalização estadual* com as organizações de Assistência Técnica e equipes do Procase que atuam no campo, que tem como atribuição estratégica e operativa garantir a transversalidade de gênero, geração, raça e etnia nas atividades que estas organizações realizam com os grupos produtivos.


No caso de PVSA em Piauí, a instituição executora está traçando uma estratégia para a constituição de “GTs referenciais” em gênero nos cinco escritórios regionais (URGPs) que seriam coordenados por uma pessoa focal em cada regional.

Cada um dos Projetos tem tido uma experiência diferente em relação à efetivação de um Sistema de Assistência Técnica. No caso do Projeto PROCASE, por exemplo, a assistência técnica permanente, embora tenha chegada do tardiamente, será um legado importante do Projeto, e indubitavelmente facilitará a incorporação do enfoque de gênero nas estratégias implementadas nas comunidades locais. Alguns passos significativos neste sentido merecem destaque, como o processo de formação em equidade de gênero, raça e etnia que vem sendo realizado com as organizações executoras da Assessoria Técnica – AT. Esta estratégia de capacitação voltada especificamente para as instituições que prestam assistência técnica é reforçada pelo processo de formação continuada que tem sido levado a cabo desde junho de 2016 com a equipe técnica do PROCASE.

É inegável que os *Planos de Negócio (PNs)* ou *Planos de Investimento (PIPs)* constituem o alicerce dos projetos apoiados pelo FIDA, o que faz com que a *Assistência Técnica* assumam um papel primordial.


Certamente, um sistema de Assistência Técnica bem estruturado, que consiga atender os diferentes segmentos de forma permanente, representa uma “porta de entrada” para a incorporação de diversas questões sociais, incluindo as especificidades de gênero, no plano de intervenção.

No entanto, embora exista este potencial, é importante sinalizar que, se não houver um maior alinhamento entre o sistema de AT Permanente e a Estratégia de gênero, dificilmente serão colhidos resultados duradouros.




Alguns projetos deixaram legados neste sentido, mostrando o sinergismo que pode ser costurado entre um sistema de ATER permanente, enraizado nas comunidades locais, e uma estratégia de gênero que se constrói transversalmente, a partir da consolidação de parcerias com organizações referenciais no tema. Durante a primeira fase de PDHC, vale ressaltar que existiam parcerias consolidadas com organizações “referenciais em gênero”, merecendo destaque as organizações que adotam uma abordagem feminista e agroecológica, como “Centro da Mulher do Nordeste”. Sem dúvida, os convênios formalizados com estas organizações permitiram a descentralização da temática de gênero em “pontos focais” locais e regionais. Conseqüentemente, entre todos os projetos apoiados pelo FIDA, o *PDHC – Primeira Fase*, que teve início em 2001, e que foi marcado pelas diretrizes da política de desenvolvimento territorial do Ministério de Desenvolvimento Rural, alcançou a incorporação do enfoque de gênero nas suas estratégias de intervenção de forma mais eficaz.

Este legado foi fundamental porque deixou uma série de lições aprendidas, não apenas para o contexto de Pernambuco, onde o Projeto foi efetivamente implementado, mas também para os outros estados do Nordeste.



Uma destas *lições aprendidas*, que teve como fonte de inspiração este modelo do *PDHC - Primeira fase*, foi a construção de arranjos institucionais que não apenas contemplam um foco referencial em gênero na sede (UGP), mas criam mecanismos para disseminação da temática de forma descentralizada através de focos locais e regionais.



Embora estratégias que visem a formação de técnicos/as da equipe técnica no tema de gênero seja imprescindível para garantir o tratamento transversal da temática ao nível institucional, não tem sido suficiente para garantir a incorporação da temática nas “bases.” Isso se deve ao fato de que o processo de incorporação do enfoque de gênero no plano de estratégias e ações não ocorre de forma imediata, mas tende a ser extremamente lento, dado a complexidade do tema e as dificuldades ligadas à sua internalização pelos/as técnicos/as. Na sua grande parte, as equipes dos projetos FIDA tem uma ampla variedade de técnicos representando diferentes áreas de conhecimento. Há uma inflexão na multidisciplinaridade no processo de contratação das equipes técnicas, de modo que não há apenas técnicos das ciências agrárias, como também há especialistas em questões “sociais”, oriundas das “ciências sociais.”

Optar por equipes multidisciplinares exige um processo de nivelamento das informações dispare, devido às distintas formações de cada profissional, no intuito de garantir uma maior unidade conceitual e metodológico no plano de intervenção. Neste sentido, cumpre destacar que uma das questões que surgiu nas entrevistas foi em relação aos desafios inerentes à montagem de um processo de capacitação interna no tema de gênero tendo como público-alvo a equipe técnica. Algumas Assessoras em gênero ou Coordenadores/as do Componente Social e Humano mencionaram como empecilhos tanto a complexidade do tema, que exige uma progressividade para ir *adentrando* em um universo totalmente distinto das temáticas de cunho técnico, quanto a resistência dos próprios/as técnicos/as, que enxergam “estes assuntos” como “questões periféricas” e tendem a colocá-lós em segundo plano.

Como geralmente se propõe uma formação ministrada em módulos durante um determinado período de tempo, para “ir assentando os conteúdos”, o desafio posto é como chegar “até o fim” das capacitações previstas, sem encurtar o processo de “internalização” da temática, em função destas pressões internas dentro das próprias equipes técnicas.

Outro mecanismo que facilita a incorporação do enfoque de gênero ao nível institucional tem sido a criação de um espaço de gestão no tema de gênero que abrange organizações parceiras. Tal espaço pode exercer um papel fundamental na criação e no controle social de uma estratégia institucional e plano de ação em gênero a partir da interlocução com outras organizações da sociedade civil, além da equipe executora. Entre todos os projetos, o PVSA se destaca por ter constituído, em nível estadual, um Grupo de trabalho interinstitucional - “Comitê de gênero”, em agosto de 2017, a partir da recomendação feita durante missão de supervisão do FIDA, em maio deste mesmo ano. Conta com participações de 4 órgãos que compõem o arranjo institucional do projeto: SDR, SEPLAN, SEDUC, SETRE e EMATER, além de algumas instituições de referência no tema: a Comissão de Mulheres da FETAG e a Coordenadoria de Estado de Políticas para Mulheres. A criação desta instância tem servido, sobretudo, para fortalecer as articulações com organizações de referência no tema ao nível estadual, de modo que a estratégia de gênero seja implementada e mon-

itorada de forma coletiva, o que de algum maneira, tem suprido a falta de uma especialista de gênero na equipe, embora sua contratação seja prevista para o início de 2018. Por outro lado, é importante que o referido Comitê reflita ações concretas na execução do Projeto, o que poderá ser verificado pelos reportes dos indicadores.

Vale destacar que o Projeto *PRO-CASE* e o Projeto *Paulo Freire* estão em vias de criação de Comissões ou Grupos de Trabalho voltados para Equidade de Gênero, enquanto nenhum outro projeto prevê este tipo de ação. Isto posto, é interessante observar que estas instâncias são visualizadas apenas como espaços de gestão interna, que contam com representação de integrantes das UGRPs e das entidades conveniadas que prestam assistência técnica às comunidades. Isto é, não há previsão da inclusão de organizações parceiras que servem como referências no tema de gênero nesta instância, embora existam algumas iniciativas de mapeamento dos movimentos de mulheres e das organizações feministas nestes estados.

No caso do Projeto Dom Tavora, em Sergipe, dentro do Manual das Operações (MOP), se estabelece uma diferenciação entre dois espaços de gestão. Há a perspectiva de formação de um “Comitê Consultivo do Projeto”, que a princípio, se constitui enquanto um espaço mais abrangente, envolvendo outras organizações da sociedade civil - um papel bastante diferenciado que o “Comitê Executivo”, que deve ser composto apenas por membros da equipe técnica. O principal objetivo, como consta no MOP, é “de facilitar a colaboração interinstitucional e complementariedade das ações.”

Possivelmente este “Comitê Consultivo do Projeto”, quando de fato for criado, será um espaço propício para construir estratégias de interlocução com movimen-

tos sociais, ONGs e Universidades ao nível estadual, especialmente aqueles que focalizam a temática de gênero, de modo que possibilite avançar neste campo. Este “Comitê Consultivo do Projeto” deve dar respaldo para a atuação da especialista em gênero, quando de fato for contratada.

É importante salientar que embora não necessariamente resulte na constituição de um espaço de gestão interinstitucional, o esforço de estreitar vínculos com organizações não-governamentais e governamentais, além de Núcleos de Pesquisa das Universidades que focalizam as interfaces temáticas entre gênero, raça e etnia representa um avanço importante na consolidação de uma estratégia institucional consistente e coerente. Neste sentido, no caso do Projeto *PROCASE*, cumpre salientar uma parceria firmada no marco da política do Governo de Paraíba entre o *PROCASE* e a *Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana - SEMDH* que aposta no apoio à autonomia das mulheres, especialmente no que diz respeito à prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres. Além disso, cabe ressaltar a inserção do *PROCASE* nas dinâmicas de vários conselhos, tais como o *CONARENDA - Conselho das Associações, Cooperativas, Empresas e Entidades vinculadas a Renda Renascença no Cariri Paraibano*, o *COJUVE - Conselho Intersetorial de políticas para Juventude* e o *Fórum de Mulheres do Campo*, espaços de gestão e articulação política que fortalecem os eixos centrais do Projeto, além de contribuir para sua maior visibilidade ao nível estadual.



3ª Festa do
Licuri
11 de abril de 2010

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CICLO DE IMPLEMENTAÇÃO: ABORDAGENS E METODOLOGIAS DE INTERVENÇÃO

Em relação às abordagens adotadas, cumpre salientar que, no caso de três projetos – PROCASE, Paulo Freire e PSA -, no decorrer das entrevistas, foi relatado que sua abordagem pedagógica é norteadada pelo marco da “abordagem feminista”, que focaliza a “divisão sexual de trabalho”. Neste sentido, o processo de formação que tem sido conduzido pela especialista em gênero nestas entidades executoras tem como um dos seus principais objetivos fazer com que o público alvo se desperte para o seguinte enunciado: o domínio englobante dos “cuidados” é abrigado pelo termo “trabalho doméstico” ou “trabalho reprodutivo”, se referindo àquele que não gera valor no mercado, enquanto os trabalhos que geram valor no mercado, de acordo com os postulados das ciências econômicas, são enquadrados como componentes do “trabalho produ-

tivo.” Esta abordagem busca desvelar o binômio entre “o trabalho produtivo” e o “trabalho reprodutivo”, mostrando que são inseparáveis na vida das mulheres e que devem ser valorizados na mesma medida, embora socialmente exista uma hierarquização entre estes dois planos.

Os projetos que adotam esta abordagem tendem a priorizar encontros “somente com mulheres” no intuito de aumentar sua autoestima, além de consolidar os vínculos afetivos entre os participantes e fortalecer a organização social e econômica. Geralmente, as oficinas ou encontros utilizam uma abordagem metodológica que possibilite a externalização dos sentimentos a partir da partilha de experiências de vida, tendo como efeito principal uma maior *conscientização* sobre sua condição social e a consolidação de processos de *auto-organização*.

Ao dar primazia à este foco na “divisão sexual de trabalho”, existe uma preocupação não apenas em propiciar um maior engajamento das mulheres nos “projetos produtivos”, mas também em promover a socialização do trabalho dos “cuidados”, visando evitar uma sobrecarga de trabalho para as mulheres beneficiárias. No caso do PSA, na Bahia, merece destaque uma experiência piloto que está se iniciando e que consta no desenho do Projeto: as “cirandas das crianças”. Esta ação não se restringe apenas à uma ação afirmativa que possibilita a participação das mulheres nas atividades do PSA, mas engloba outras dimensões, todas as quais estão sendo abordadas pela Assessora de gênero de forma progressiva, a saber:

(I) resgate e valorização das brincadeiras que eram comuns na época das gerações antigas;

(II) formação de crianças enquanto futuros cidadãos e cidadãs com consciência sobre a importância de relações igualitárias de gênero;

(III) capacitação de mulheres para exercer o papel de “cirandeiras”, se tornando referências locais e regionais.

Uma das recomendações que foi feita na última missão de supervisão, em novembro de 2017, é que esta ação exemplar seja documentada e sistematizada, para que possa ser replicada no contexto de outros projetos apoiados pelo FIDA.

Nos outros projetos, a visão epistemológica que dá sustentação aos trabalhos realizados e a abordagem metodológica que norteia as ações nas comunidades locais não são elementos explicitados, em função da precariedade no nível de incorporação da temática de gênero nos documentos analisados. No entanto, a seguir, algumas ações inovadoras que tem sido realizadas no campo de gênero nos projetos apoiados pelo FIDA serão citadas.

Três das equipes entrevistadas – O PSA (Bahia); PROCASE (Paraíba) e PPF (Ceará) - mencionaram seu engajamento na “Campanha para a Divisão Justa de trabalho doméstico”, uma campanha que foi elaborada pela Rede “Feminismo e Agroecologia do Nordeste”² no segundo semestre de 2017, com o objetivo de discutir as repercussões da divisão sexual de trabalho na vida das mulheres rurais. O PSA, na Bahia, tem a intenção de incorporar esta Campanha dentro do seu plano de ação, em conjunto com as entidades parceiras, realizando atividades como feiras e “rodas de conversa” com este foco.

Os intercâmbios foram citados pelas equipes de vários projetos como ferramentas metodológicas fundamentais para o empoderamento das mulheres. Na opinião de alguns entrevistados, esta ação deveria ser reforçada não apenas no âmbito das comunidades que integram a área de abrangência dos próprios projetos, mas também entre os mesmos, como uma forma de partilhar experiências exitosas e proporcionar a replicação de “boas práticas”. Além dos intercâmbios, outra ação inovadora que merece destaque são as avaliações periódicas com as beneficiárias das ações realizadas, o que se

²A “Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste” é uma articulação entre agricultoras, professoras, sindicalistas, assessoras técnicas e pesquisadoras, existente desde 2014. A campanha pela “Divisão Justa de Trabalho Doméstico” partiu de uma pesquisa nacional sobre Assistência Técnica Rural para mulheres, que diagnosticou as marcas de desigualdade reveladas na “divisão sexual de trabalho.”

evidência de forma mais explícita no caso do Projeto PROCASE. A partir da implementação de uma metodologia que garante uma escuta cuidadosa e atenta, tem sido possível perceber os resultados obtidos e detectar os pontos frágeis, visando a maior qualificação das ações desenvolvidas. Para potencializar estas ações de caráter avaliativo, sugere-se que os insumos gerados alimentem o sistema de M&A do Projeto.

O foco no fortalecimento de grupos produtivos constituídos por mulheres é notável em vários projetos analisados, o que vem contribuindo para uma maior diversificação nos tipos de atividades agrícolas e não agrícolas que são contempladas como empreendimentos econômicos nos PIPs e PNs. No caso do Projeto PROCASE, ressalta-se a existência de 22 grupos produtivos constituídos por mulheres, sendo 13 com atividades não agrícolas, o que tem sido uma estratégia fundamental não apenas para avançar na auto-organização das mulheres, como sujeito sociais, políticos e econômicos, mas também para dar visibilidade à pluriatividade que tais coletivos empreendem. É preciso levar em consideração o contexto árduo no qual estes coletivos tem surgido e tem se fortalecido: diante de um longo período de estiagem que restringiu as possibilidades de produção, principalmente a agrícola, na região semiárida.

Projeto PROCASE também se destaca por sua estratégia de “acesso aos mercados”, pautada na visão da economia solidária, o que tem se concretizado a partir de algumas ações com recorte de gênero, tais como a procura de espaços alternativos de comercialização e o apoio à participação das mulheres em feiras e *Casas de Economia Solidária*. Outros projetos, por meio de atividades de capacitação, tem incentivado às mulheres a se envolverem mais ativamente na procura de formas de financiamento para seus empreendimentos coletivos via políticas públicas, como PRONAF, PAA e PNAE, ou no fortalecimento dos processos organizativos via a construção de cooperativas que viabilizem o acesso a mercados diversificados.

De modo geral, justamente pelo fato de que os grupos de mulheres demonstram mais fragilidade no campo da comercialização, em grande parte por não terem sido incentivadas a lidar com a administração financeira no âmbito doméstico e comunitário, recomenda-se que seja fornecida uma assistência técnica especializada voltada para o fortalecimento dos empreendimentos econômicos dentro desta perspectiva. Aliado à este ponto, como foi indicado no Relatório de *Avaliação do Programa País do Brasil (CPE)*, elaborado em 2015, neste conjunto de projetos, seria importante buscar estratégias para ampliar o contato de grupos mistos e grupos de mulheres com um gama de atores do Setor Privado, como uma forma de aumentar seus rendimentos e diversificar os circuitos de comercialização que eles acessam. De acordo com este Relatório, a partir de um maior engajamento com o Setor Privado, ampliam-se as possibilidades de proporcionar para os grupos alvos não apenas alternativas comerciais e mercantis, mas também pacotes técnicos especializados para fornecimento de treinamentos, insumos e serviços de crédito. (“*Country Programme Evaluation*” - CPE, 2015, p. 43)

Este tipo de avaliação é especialmente relevante em um país como Brasil, que recentemente tem sofrido cortes drásticos nos programas e políticas governamentais, o qual tem afetado diretamente os/as pequenos/as agricultores/as, depois de um período de auge na construção de referências de desenvolvimento rural sustentável nas esferas do governo federal. Neste contexto sócio-político, mais que nunca, urge vislumbrar alternativas para diversificação das fontes de financiamento e dos canais de escoamento da produção agrícola.

No caso do Projeto Dom Távora, que não conta com uma estratégia definida de gênero, mas pretende incorporar este enfoque nos cursos de capacitação que vem sendo realizados por meio de uma parceria com IADH – Instituto de Assessoria ao Desenvolvimento Humano -, houve menção da formação de três grupos produtivos compostos apenas por mulheres, todos os quais lidam com atividades de artesanato, (com foco em bordado, em palha e em tececlagem), como um dos avanços mais significativos. Indubitavelmente, o incentivo a projetos produtivos que focalizam atividades “não agrícolas”, a maior parte dos quais são protagonizados por mulheres, constitui uma ação afirmativa valiosa, que deve ser somada a outras iniciativas que buscam a integração das mulheres aos projetos produtivos focados em cadeias produtivas que são tradicionalmente sob o comando dos homens agricultores. Embora a construção destes planos de artesanato com participação expressiva das mulheres fosse citado como um ponto extremamente positivo, uma ressalva externalizada pela equipe foi em relação à falta de uma articulação fundamentada ao nível estadual com os movimentos de mulheres que representam estes segmentos, o que poderia fortalecer estas iniciativas locais. Os/as integrantes da equipe técnica reconhecem que se houver um mapeamento de tais movimentos e a formalização de uma parceria com a direção de organizações específicas de mulheres que atuam nos municípios dentro da área de abrangência, teriam mais condições de fortalecer as capacidades dos grupos alvos.

No caso do PSVA, em Piauí, uma experiência inovadora em cooperativismo merece destaque. É um trabalho que foi realizado com a Cooperativa dos Produtores e Produtoras Rurais da Chapada Vale do Rio Itaim – COOVITA a partir do Estatuto Social, o qual representa o principal instrumento legal de gestão, sendo uma espécie de regimento interno das normas e objetivos da organização. Este exercício de interferência a partir de uma ótica de gênero, nos termos postos dentro de um documento “vivo” que rege seu funcionamento, foi de fundamental importância para recontextualizar a participação das mulheres nos processos coletivos. Sob a coordenação da Assessoria em Associativismo e cooperativismo da equipe de PSVA, as seguintes mudanças foram incorporadas no Estatuto Social:

- (I) inserção de 50% de mulheres na composição dos Conselhos de Administração e Fiscal;
- (II) participação de 26% de mulheres na constituição da COOVITA como cooperadas fundadoras;
- (III) participação das mulheres como cooperadas a partir das condições criadas no estatuto que possibilitam a filiação de até 3 membros da família;
- (IV) incorporação de uma linguagem inclusiva de gênero no estatuto social.



No âmbito do Projeto PVSA, que está apenas iniciando um trabalho com gênero de forma bastante incipiente, tem se percebido que uma das “portas de entrada” para esta temática tem sido o trabalho com os *quintais produtivos* a partir de uma abordagem agroecológica. A Assessora em quintais produtivos da equipe de PVSA tem conseguido abordar alguns conteúdos de gênero nas oficinas e encontros realizados tanto com as comunidades beneficiadas quanto com membros das equipes de AT. Ela tem alertado para o protagonismo das mulheres nos quintais produtivos e tem sistematicamente mostrado a necessidade de priorizar projetos produtivos que focalizam a horticultura, mesmo diante das dificuldades enfrentadas pela falta de acesso à água. É sabido que os princípios do movimento agroecológico proporcionam sua interação com as reflexões do movimento feminista, ao considerar todos os componentes do sistema de produção, dando visibilidade ao trabalho das mulheres e contribuindo para a integração das relações sociais com o uso de recursos naturais e a preservação dos ecossistemas. Isto posto, recomenda-se que outros projetos explorem estas interconexões entre o protagonismo das mulheres, enquanto sujeitos políticos e econômicos, e os princípios agroecológicos, por meio de um maior investimento nos processos produtivos dentro dos quintais.

Nas entrevistas, tanto o Projeto PROCASE quanto o Projeto Paulo Freire mencionaram o fortalecimento do papel das mulheres nas *Comissões de licitação* que efetivam as compras de equipamentos para os projetos produtivos (PNs ou PIPs) como um eixo prioritário de ação. No relato das atividades que foram realizadas nos anos de 2016 e 2017, um dos pontos de destaque que foi levantado pela equipe de PROCASE envolve a capacitação do público prioritário para o processo licitatório das aquisições, que teve como resultado principal o em-

poderamento das mulheres enquanto lideranças reconhecidas nas associações por sua capacidade nas aquisições de equipamentos dentro dos projetos produtivos.

Neste processo de mobilização das mulheres com a finalidade de compor as Comissões de Licitação e Aquisição, visando ampliar seu acesso a informações e reforçar sua capacidade para incidir nas decisões relacionadas aos investimentos dos projetos produtivos, nota-se que foi possível garantir a participação feminina em até 50% dos quadros da licitação nas comunidades.

A equipe técnica do PSA ressaltou que um dos legados do Projeto anterior - Gente do Valor -, foi a participação das mulheres nas Comissões Gestoras de equipamentos coletivos, o que facilitou sua ascensão dentro das diretorias das Associações comunitárias, já que estas Comissões de licitação se constituem enquanto “espaços de poder.”

Inegavelmente, o engajamento das mulheres nos processos relacionados com o manejo dos recursos econômicos as prepara para ocupar cargos de liderança dentro das organizações comunitárias.

No caso do *PSA*, na Bahia, três elementos devem ser ressaltados como ações bastante inovadoras, além do desenvolvimento de uma metodologia de formação de cirandeiros para realização de “cirandas de crianças”, que já foi mencionada acima. Primeiramente, cabe salientar que uma destas ações foi um legado do Projeto anterior *Gente do Valor*: o uso de alguns equipamentos que tem facilitado a participação das mulheres, aliviando sua carga de trabalho. No *Projeto Gente do Valor*, foi constatada a construção de 727 fogões ecoeficientes e 31 biodigestores; a implementação de cisternas de consumo de água portátil perto de suas casas; e a compra e adaptação das máquinas de transformação do Licuri. No *PSA*, durante o próximo ano de 2018, também está prevista a introdução de equipamentos e inovações tecnológicas nos novos planos de investimento produtivo. A Assessora de gênero vem trabalhando com estas “inovações tecnológicas” a partir de uma ótica de gênero, tentando mostrar para os/as técnicos/as de AT e os grupos alvos que as mesmas tem a capacidade de “poupar tempo e esforço das mulheres”, e que não há sentido em apenas introduzir equipamentos nos processos produtivos sem demonstrar seu potencial no que diz respeito à transformação das relações sociais de gênero.

Esta perspectiva de trabalhar com suportes que fornecem infraestrutura para os processos produtivos (equipamentos, tecnologias) a partir de um enfoque de gênero certamente deve ser levada em consideração nos outros projetos, uma vez que esta diretriz não tem sido focada nas intervenções até o momento atual. É importante reforçar que na avaliação dos aspectos de gênero nos projetos de FIDA no Brasil dentro do *Relatório do Programa País* (CPE, 2015), também houve menção da necessidade de implementar medidas que aliviem o peso de sobrecarga de tarefas para as mulheres trabalhadoras

rurais. Como este mesmo Relatório enfatiza, uma abordagem focada na redução da sobrecarga de trabalho para as mulheres no desenho, implementação e monitoramento destes projetos representa um dos pilares da Política para Igualdade de Gênero e Empoderamento feminino de FIDA ao nível internacional (CPE, 2015, p. 53). Em segundo lugar, vale mencionar outro diferencial deste projeto em relação à outros: pretende desenvolver um processo de formação especificamente com homens, tendo como precedente uma experiência piloto de 02 oficinas que foram realizadas com os homens técnicos da equipe de IR-PAA durante o último semestre, em parceria com o Instituto Papai, de Recife/PE. Esta atividade está prevista para o ano de 2018, sendo o único projeto que prevê atividades exclusivamente com grupos de homens.

Por fim, cabe sublinhar o apoio dado à *Rede de Mulheres Regional do Território São Francisco*, que atua em 09 municípios da área de abrangência do Projeto, e que tem como principal objetivo o fortalecimento dos processos organizativos das mulheres rurais. Tal ação pretende fortalecer os grupos alvos das comunidades atendidas através de estratégias organizativas que vão além de uma intervenção direta, ao promover encontros entre grupos de mulheres de diversos municípios, ajudando-lhes a se articularem em torno dos seus direitos e criar uma base mais sólida de organização. Atividades de articulação inter-territorial e inter-municipal não são muito comuns nos projetos apoiados pelo FIDA, mas deveriam ser consideradas, pelo fato de que possibilitam uma ampliação na consciência sobre os processos políticos por parte dos sujeitos envolvidos, além de propiciar uma intervenção mais efetiva no campo das políticas públicas.



DESAFIOS E PROPOSIÇÕES

Durante as entrevistas, algumas propostas concretas foram apresentadas que visam a qualificação do trabalho com a temática de gênero, ao nível de todos os projetos apoiados pelo FIDA

Uma das propostas levantadas de forma recorrente foi a necessidade de promover intercâmbios entre as equipes dos projetos para trocar abordagens metodológicas, conhecer experiências inovadoras, aprimorar o processo de capacitação (conceitual e metodológica) e superar entraves na execução de estratégias de gênero ao nível local e regional. Dentro desta visão de estreitar os vínculos entre as equipes dos Projetos apoiados pelo FIDA na procura de soluções coletivas, houve a proposta de criar um GT voltado para “Equidade de gênero”, uma junção de especialistas em gênero e outros profissionais da equipe que se engajam na temática proposta. Esta proposta já foi colocada em prática pelo programa Semear Internacional, que realizou um encontro presencial com este grupo de assessoras, e que mantém contato por meio de redes de conversas como e-mails e whatsapp. Outra proposição que foi feita se refere à realização de intercâmbios com projetos apoiados pelo FIDA em outros países da América Latina, que estejam em distintos graus de desenvolvimento, para ampliar os horizontes e vislumbrar outras formas de atuação no campo temático.

Além de intercâmbios, foi sugerida que houvesse mais possibilidades de apoio entre os projetos em torno de um plano de ações, dentro do qual pudesse ter maior destaque a questão das “campanhas.”

Embora esta modalidade de ação não tem sido historicamente valorizada dentro dos projetos, em comparação com atividades pedagógicas (locais e entre territoriais), como oficinas, cursos e encontros, há indícios de que cada vez mais, isso pode se tornar um foco importante de ação coletiva. No caso do PSA, na Bahia, que vem se engajando ativamente na Campanha pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico, foi expresso o anseio de que houvesse um apoio por parte de FIDA para efetivação de uma campanha mais abrangente no tema de “violência contra as mulheres” no meio rural, em função da precariedade dos serviços públicos e a gravidade deste fenômeno social, ainda velado no plano da invisibilidade. É sabido que nas áreas rurais, além da maior escassez de serviços de assistência, de modo geral, as mulheres tem mais dificuldade para buscar apoio em casos de violência, justamente em função das pressões sofridas para se conformarem com um modelo familiar coeso e harmonioso – o que de algum modo, constitui o alicerce da visão da “agricultura familiar”, enquanto força de trabalho “unificada.”

Outra proposta que foi levantada pelas equipes dos projetos se refere à priorização da identificação e sistematização de “boas práticas”, que se ressaltam por suas estratégias inovadoras de enfrentamento das desigualdades de gênero.



Sugere-se que o *Programa Semear Internacional* forneça algum tipo de apoio neste sentido, uma vez que, dentro dos seus eixos de ação estratégica, focaliza a gestão de conhecimento e sua disseminação via a comunicação social. Esta ação, que prima pela sistematização de experiências inovadoras e exemplares no campo de gênero, poderia ter como produto final um caderno que destaca as “boas práticas” lideradas por mulheres dentro dos processos de produção agrícola e organização social. Tal ação, coordenada por *Programa Semear Internacional*, poderia contribuir bastante para suprir uma lacuna identificada na maior parte dos projetos: a falta de sistematização de experiências protagonizadas pelas mulheres rurais. Na medida em que as “inovações” (tecnológicas e metodológicas) que elas estão introduzindo no cotidiano são devidamente registradas, é provável que o aprecio para suas contribuições cresça por parte de diversos atores sociais, dando vazão para o reconhecimento do seu potencial de liderança.

IMPACTOS E RESULTADOS

NAS METAS SOBRE
GÊNERO NOS PROJETOS
FIDA NO BRASIL





META

OFERECER ASSISTÊNCIA TÉCNICA
CONTÍNUA PARA 7.400 FAMÍLIAS
RURAS CHEFIADAS POR MULHERES.

1709
ALCANÇADAS

META

25 MULHERES PRODUTORAS
TREINADAS SOBRE TEMAS DE
DESENVOLVIMENTO RURAL.

25
ALCANÇADAS

120

NÚMERO DE MULHERES
SENSIBILIZADAS EM
ETNIA, RAÇA E GÊNERO.



É O NÚMERO DE ORGANIZAÇÕES
COMUNITÁRIAS FORTALECIDAS
PELO PROJETO COM O NÚMERO
MÍNIMO DE 50% DE MULHERES
EM CARGOS DIRETIVOS.



META

DESENVOLVER A CAPACIDADE
TÉCNICA DE 177 MULHERES
QUE REALIZAM SERVIÇO DE
ASSESSORIA TÉCNICA PARA
MELHORAR A QUALIDADE DO
SERVIÇO PRESTADO.



97 ALCANÇADAS

BAHIA





META

OFERECER ASSISTÊNCIA
TÉCNICA CONTÍNUA
PARA 15.000 FAMÍLIAS
RURAIS CHEFIADAS POR
MULHERES.



ALCANÇADAS
12.270

CAPACITAR 600
LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS
MULHERES OU JOVENS.



107
ALCANÇADAS



META

DESENVOLVER A CAPACIDADE TÉCNICA DE
90 MULHERES QUE REALIZAM SERVIÇO DE
ASSESSORIA TÉCNICA PARA MELHORAR A
QUALIDADE DO SERVIÇO PRESTADO.



84 ALCANÇADAS





META

CAPACITAR 300 MULHERES
OBJETIVANDO A INCLUSÃO
PRODUTIVA, ORGANIZATIVA
E SOCIAL.

40

ALCANÇADAS



META

BENEFICIAR 8.800 MULHERES
COM TÉCNICAS DE PRODUÇÃO
AGRÍCOLAS E NÃO AGRÍCOLAS.

1523

ALCANÇADAS



META

600 PRODUTORAS MULHERES
CAPACITADAS EM FORTALECIMENTO
ORGANIZACIONAL.

709 ALCANÇADAS

03

PLANOS DE NEGÓCIOS
TEM A MAIORIA DE
MULHERES COMO
MEMBROS, SENDO A
META CONTEMPLAR
29 PLANOS.

339

CAPACITADAS EM
GESTÃO DE NEGÓCIOS
RURAIS, SENDO A
META CONTEMPLAR
450.

META

CAPACITAR PARA A PROMOÇÃO DE
NEGÓCIOS RURAIS 415 MULHERES
LIGADAS AOS ORGANISMOS
PÚBLICOS E PRIVADOS DE ATER.

88 ALCANÇADAS

VIABILIZAR A PARTICIPAÇÃO DE 250
PRODUTORAS MULHERES EM VISITAS,
INTERCÂMBIOS E VIAGENS COMERCIAIS
PARA TROCA DE EXPERIÊNCIAS.

09 ALCANÇADAS



CONCLUSÕES FINAIS

A partir dos resultados deste diagnóstico, percebe-se que cada um dos projetos desenvolvidos nos estados da região nordeste do Brasil se encontra em um estágio diferente de evolução no que diz respeito à incorporação de estratégias de gênero no plano das ações e nos mecanismos institucionais. Alguns projetos tem focado em uma série de ações afirmativas, que tem como principal objetivo o empoderamento das mulheres, enquanto outros projetos tem revelado uma preocupação com a transversalização da perspectiva de igualdade de gênero no conjunto das estratégias empregadas.



Em muitas equipes técnicas, existe uma dificuldade para entender que trabalhar “com gênero” não significa apenas “cumprir cotas”, embora seja extremamente importante alcançar uma maior participação das mulheres tanto nas equipes técnicas das instituições executoras quanto nos projetos produtivos.



A implementação de ações afirmativas que asseguram a autonomia das mulheres, tanto no plano da assistência técnica quanto no plano do fortalecimento das capacidades, por meio de atividades educativas e participação em espaços de controle social de políticas públicas é um passo imprescindível para a transformação das relações sociais de gênero em todos os âmbitos: familiares, comunitários e sociais.

Trilhar este percurso significa empenhar-se na busca de uma maior qualidade das intervenções realizadas, de modo que as mulheres rurais tenham condições de participar plenamente nos processos, exercendo seu direito à cidadania, sem que acarrete na sobrecarga de tarefas.

Por este motivo, em todos os projetos, deve haver medidas para garantir uma socialização dos cuidados, para que haja soluções que busquem equilibrar os trabalhos no espaço doméstico (voltado para tarefas de reprodução social) com os trabalhos no espaço produtivo (voltado para tarefas de produção agrícola). Além de garantir espaços de capacitação voltados apenas para as mulheres, de modo que seja incentivado o processo de auto-organização, é fundamental fomentar oportunidades de formação envolvendo grupos mistos, para que os homens se despertem gradativamente para a importância desta temática na sua vida cotidiana.

Para que possa haver um tratamento transversal de gênero no interior dos projetos, fazendo parte de sua institucionalidade, alguns passos precisam ser tomados. Os resultados do diagnóstico revelaram que os projetos que tenham uma especialista em gênero enquanto integrante da equipe técnica indubitavelmente tiveram maiores avanços, uma vez que sem este profissional, se torna muito mais difícil garantir que este enfoque seja incorporado no plano de ações dos componentes. No caso daqueles projetos que estejam construindo alguma estratégia que busque a descentralização da temática, a partir de pontos focais nas regiões, visando a incorporação do enfoque de gênero no sistema de AT permanente, certamente os ganhos serão ainda mais perceptíveis. Independentemente do arranjo do projeto em questão, é primordial que

haja um investimento contínuo em processos de treinamento de integrantes das equipes das UGPs e URGP e técnicos/as das entidades conveniadas para Assistência Técnica Permanente no intuito de sensibilizá-lós e capacitá-lós para atuação nesta temática junto ao público alvo.

Cumprе salientar que a construção de parcerias com organizações referenciais em gênero (preferencialmente com uma abordagem feminista) facilita a incorporação da temática institucionalmente, uma vez que estas organizações possam aportar abordagens metodológicas que dão suporte para os processos locais e regionais. Isso tem sido facilitado em muitos casos por meio dos contratos de assistência técnica (AT) com entidades do terceiro setor.

É importante salientar que uma estratégia de gênero se operacionaliza mediante a construção de um plano de ação em gênero que não existe isoladamente, mas que tem a incumbência de dialogar com todos os aspectos de um projeto, se integrando ao planejamento global da instituição executora e aos seus mecanismos de avaliação e monitoramento. Finalmente, se houver a possibilidade de construir um espaço interinstitucional de gestão e controle social, que exerce um papel de monitoramento das ações implementadas, certamente a transversalização do enfoque de gênero ao nível institucional será mais garantida.





Investindo nas populações rurais



Autoria: Rodica Weitzman
Especialista - Junho 2018